



FICHA TÉCNICA

Título: Casos práticos de IVA e novas regras de faturação

Autor: Jorge Carrapiço e Fernando Roriz

Capa e paginação: DCI - Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

© Ordem dos Contabilistas Certificados, 2019

Impresso por ACD PRINT, S.A. em outubro de 2019

Depósito legal: 461374/19

Não é permitida a utilização deste Manual, para qualquer outro fim que não o indicado, sem autorização prévia e por escrito da Ordem dos Contabilistas Certificados, entidade que detém os direitos de autor.



ÍNDICE

1.ª Parte - Casos práticos de IVA

Siglas e abreviaturas	7
1. Introdução	11
2. Transmissão de bens de investimento.....	13
2.1. Casos práticos	13
2.2. Desenvolvimento do tema	13
2.3. Resolução dos casos práticos.....	15
3. Transmissão de bens imóveis durante o período de regularização	16
3.1. Casos práticos	16
3.2. Desenvolvimento do tema	16
3.3. Resolução dos casos práticos.....	21
4. Opção pela autoliquidação do IVA nas importações	22
4.1. Casos práticos	22
4.2. Desenvolvimento do tema	22
4.3. Resolução dos casos práticos.....	23
5. Isenção do IVA nas transmissões intracomunitárias de bens.....	25
5.1. Casos práticos	25
5.2. Desenvolvimento do tema	25
5.2.1. Requisitos atualmente exigidos.....	26
5.2.2. As novas exigências de prova a partir de 01/01/2020	27
5.3. Resolução dos casos práticos.....	30
6. Fornecimento de bens com instalação ou montagem.....	31
6.1. Casos práticos	31
6.2. Desenvolvimento do tema	31
6.3. Resolução dos casos práticos.....	32
7. Vendas efetuadas através de plataformas digitais	33
7.1. Casos práticos	33
7.2. Desenvolvimento do tema	33
7.2.1. Vendas a sujeitos passivos.....	33
7.2.2. O regime das vendas à distância	34
7.2.2.1. Enquadramento atual.....	34
7.2.2.2. Vendas à distância de bens provenientes de países terceiros ...	38
7.3. Resolução dos casos práticos.....	44



8. Operações triangulares	52
8.1. Casos práticos	52
8.2. Desenvolvimento do tema e resolução dos casos práticos	52
9. Operações relativas a bens que não entram no território nacional	55
9.1. Casos práticos	55
9.2. Desenvolvimento do tema e resolução dos casos práticos	55
10. A localização das prestações de serviços.....	57
10.1. Casos práticos.....	57
10.2. Desenvolvimento do tema	59
10.2.1. As regras gerais de localização das prestações de serviços.....	59
10.2.2. As exceções às regras gerais.....	62
10.2.2.1. As exceções comuns às duas regras gerais.....	63
10.2.2.2. As exceções específicas da regra de localização das prestações de serviços efetuadas a não sujeitos passivos	63
10.2.3. Prestações de serviços descritas no n.º 11 do artigo 6.º do CIVA	63
10.3. Resolução dos casos práticos	64
11. Os serviços prestados por via eletrónica	66
11.1. Conceito de serviços prestados por via eletrónica	66
11.2. Local de tributação	71
11.3. Casos práticos relativos a serviços prestados por via eletrónica.....	72
11.4. Regime Especial - Mini Balcão Único (MOSS)	77
11.4.1. Âmbito de aplicação do regime	77
11.4.2. Opção pelo regime em Portugal.....	80
11.4.3. Obrigações dos sujeitos passivos que optem pelo MOSS.....	80
11.4.3.1. Obrigação de pagamento	81
11.4.3.2. Obrigação de registo, alteração e cessação	82
11.4.3.3. Obrigação de submissão de declaração periódica	82
11.4.4. Casos práticos relacionados com o MOSS	83
12. Prestações de serviços de alojamento local com recurso a plataformas digitais .	
13. Tributação de bens em segunda mão adquiridos no território nacional.....	88
13.1. Casos práticos.....	91
13.2. Desenvolvimento do tema	91
13.3. Resolução dos casos práticos	100
14. Tributação de bens em segunda mão adquiridos noutros Estados membros.....	104
14.1. Casos práticos.....	104
14.2. Desenvolvimento do tema	105
14.2.1. Enquadramento legal	105
14.2.2. Opções do fornecedor comunitário	107
14.2.3. As várias alternativas de aquisição de viaturas usadas	113



14.2.4. Expressões que devem constar das faturas.....	114
14.3. Resolução dos casos práticos	118
14.4. Análise esquemática das várias hipóteses na transmissão de bens em segunda mão.....	123
15. Regularização do IVA dos créditos vencidos a partir de 01/01/2013	124
15.1. Créditos de cobrança duvidosa	126
15.1.1. Alínea a) do n.º 2 do artigo 78.º-A do CIVA.....	126
15.1.2. Alínea b) do n.º 2 do artigo 78.º-A do CIVA.....	133
15.2. Créditos incobráveis	134
15.2.1. Nos processos de execução	135
15.2.2. Nos processos de insolvência com caráter limitado.....	136
15.2.3. Nos processos de insolvência com caráter pleno	137
15.2.4. Nos processos especiais de revitalização (PER).....	138
15.2.5. No SIREVE	138
15.2.6. No Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE).....	139
15.3. Formalismos a observar nos créditos vencidos a partir de 01/01/2013....	140
15.4. Disposições comuns aos créditos vencidos a partir de 01/01/2013.....	140
15.5. Créditos não considerados incobráveis ou de cobrança duvidosa.....	142
15.6. Consequências da transmissão da titularidade dos créditos.....	142
15.7. Consequências da recuperação, total ou parcial, dos créditos	143
15.8. Casos práticos.....	143

2.ª Parte - Novas regras de faturação

Introdução.....	149
16. Novos Conceitos introduzidos pelo Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro..	151
16.1. Casos práticos.....	151
16.2. Desenvolvimento do tema.....	151
16.3. Resolução dos casos práticos.....	151
17. Obrigação/dispensa de emissão de faturas.....	157
17.1. Casos práticos.....	157
17.2. Desenvolvimento do tema.....	158
17.3. Resolução dos casos práticos.....	163
18. Delimitação de competências em matéria de faturação (artigo 35º-A do CIVA).	167
18.1. Casos práticos.....	169
18.2. Desenvolvimento do tema.....	169
18.3. Resolução dos casos práticos.....	172
19. Elementos obrigatórios nas faturas (Artigo 36º do CIVA)	176
19.1. Casos práticos.....	176



19.2. Desenvolvimento do tema.....	176
19.3. Resolução dos casos práticos.....	177
20. Faturas simplificadas, bilhetes e registos (artigo 40º do CIVA)	178
20.1. Casos práticos.....	178
20.2. Desenvolvimento do tema.....	178
20.3. Resolução dos casos práticos.....	182
21. Obrigações de utilização de programas informáticos de faturação certificados pela AT.....	183
21.1. Casos práticos.....	184
21.2. Desenvolvimento do tema.....	184
21.3. Resolução dos casos práticos.....	184
22. Faturação por via eletrónica.....	187
22.1. Casos práticos.....	189
22.2. Desenvolvimento do tema.....	191
22.3. Resolução dos casos práticos.....	199
23. Emissão de faturas sem papel.....	209
23.1. Casos práticos.....	209
23.2. Desenvolvimento do tema.....	210
23.3. Resolução dos casos práticos.....	212
24. Arquivo	213
24.1. Casos práticos.....	213
24.2. Desenvolvimento do tema.....	213
24.3. Resolução dos casos práticos.....	222
25. Comunicações previstas no DL 28/2019.....	224
25.1. Casos práticos.....	224
25.2. Desenvolvimento do tema.....	225
25.3. Resolução dos casos práticos.....	229
26. Código Único do Documento e QR Code.....	233
26.1. Casos práticos.....	233
26.2. Desenvolvimento do tema.....	233
26.3. Resolução dos casos práticos.....	235
Bibliografia	237



SIGLAS E ABREVIATURAS

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira
BCE - Banco Central Europeu
B2B - Business to Business
B2C - Business to Consumer
CE - Comunidade Europeia
CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DL - Decreto-Lei
EM - Estado membro
ISV - Imposto sobre Veículos
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
JOUE - Jornal Oficial da União Europeia
MOSS - Mini One Stop Shop
NIF - Número de identificação fiscal
OE - Orçamento do Estado
PER - Processo Especial de Revitalização
PME - Pequena e média empresa
RERE - Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas
RITI - Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias
TJCE - Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia
TJUE - Tribunal de Justiça da União Europeia
TN - Território nacional
UE - União Europeia
VIÉS - Sistema de Intercâmbio de Informações sobre o IVA